



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PAUTA PREVISTA PARA:
19 A 23 DE NOVEMBRO DE 2018
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

**19/11/2018
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**20/11/2018
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS)**

**HOMENAGEM AOS CINQUENTA ANOS DA CRIAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL**

**20/11/2018
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**ORDEM DO DIA
(ÀS 16 HORAS)**

MATÉRIA SOBRE A MESA

I. Requerimento nº 6.768/17, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 843, de 2007**, do Sr. Daniel Almeida, **que altera o art.453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata. (T 62 e T 64).**

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

II. Requerimento nº 8.914/18, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.270 de 2015**, do Sr. Orlando Silva, que **dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. (T 62 e T 64) (Apensado ao PL 1.434/11)**

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

III. Requerimento nº 8.923/18, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 2.171, de 2003**, do Sr Rubens Otoni, que **dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por**

motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa. (T 62 e T 64)

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

IV. Requerimento nº 9.249/18, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei Complementar nº 459, de 2017**, do Senado Federal, que altera a **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)**, para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados. (NT 62 e T 64)

V. Recurso nº 185/16, da Sra. Luiza Erundina e outros, que recorre contra a apreciação conclusiva do **Projeto de Lei nº 7.406, de 2014**, do Senado Federal, que altera o **art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997**, para assegurar ao usuário o direito de ser informado, antes de a chamada ser completada, sobre a incidência de despesas de interconexão.

VI. Recurso nº 322/18, do Sra. Margarida Salomão e outros, que recorre contra apreciação conclusiva pelas Comissões ao **Projeto de Lei nº 6.621, de 2016**, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996**, a **Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997**, a **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997**, a **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999**, a **Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000**, a **Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**, a **Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000**, a **Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001**, a **Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001**, a **Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005**, e a **Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001**, e dá outras providências.

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Discussão

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 845, de 2018, que institui o **Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário**; tendo parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, com acolhimento parcial das emendas de nºs 2, 3 e 18, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2018, adotado; e pela rejeição das emendas de nºs 1, 4 a 17 e 19. (Relator: Dep. Lúcio Vale e Relator-revisor: Sen. Pedro Chaves)

PRAZO NA CÂMARA: 28/08/2018

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/09/2018

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/09/2018

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 28/11/2018

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 846, de 2018, que **altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, com o acolhimento total ou parcial das Emendas de nºs 6, 24, 28, 31 a 33; 36 a 39 e 41, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2018, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5; 7 a 23; 25 a 27; 29, 30, 34, 35 e 40 (Relator: Sen. Flexa Ribeiro e Relator-Revisor: Dep. Deley).

PRAZO NA CÂMARA: 28/08/2018

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/09/2018

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/09/2018

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 28/11/2018

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Votação

3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 420-B, DE 2014
(DO SR. PEDRO EUGÊNIO)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 420-B, de 2014, que **altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional**; tendo parecer da Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e dos de nºs 449/14, e 341/17, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Otavio Leite). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLPs nºs 449/14 e 341/17.

APROVADO O RQU Nº 9.230/18, EM 07/11/18.

Discussão

4

PROJETO DE LEI N.º 2.724-A, DE 2015
(DO SR. CARLOS EDUARDO CADUCA)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.724-A, de 2015, que modifica o artigo 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; tendo parecer proferido em Plenário pela Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº

7.413/17, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Paulo Azi). **(Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo). (T 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 7.413/17.

APROVADO O RQU Nº 7.109/17, EM 20/03/18.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

5

PROJETO DE LEI Nº 5.248 DE 2016

(DO SR. WEVERTON ROCHA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, que **dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Ecocardiograma fetal em gestantes**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 5.713/16 e 6.659/16.

APROVADO O RQU Nº 6.027/17, EM 08/03/17.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

6

PROJETO DE LEI N.º 3.796-E, DE 2004

(DA SRA. LAURA CARNEIRO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.796-C, de 2004, que **dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação do Substitutivo do Senado, com exceção dos incisos II e III do § 2º do art. 1º (Relator: Dep. Osmar Terra); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado, com exceção do inciso II do § 2º do art. 1º por inconstitucionalidade e do inciso III do § 2º do art. 1º por injuridicidade (Relatora: Dep. Sandra Rosado). **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 6.745/17, EM 04/09/18.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

7

PROJETO DE LEI Nº 10.160-A, DE 2018

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10.160-A, de 2018, que “altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, **para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)**, e a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, **para dispor sobre os depósitos para reinvestimento efetuados pelas empresas em operação nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam; e estende ambos os benefícios para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)**”; tendo parecer da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação deste e pela rejeição dos de nºs 9022/17 e 8967/17, apensados (Relatora: Dep. Marinha Raupp). Pendente de parecer das Comissões de: Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 8.967/17 e 9.022/17.

APROVADO O RQU Nº 8.924/2018, EM 13/11/18.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

8

PROJETO DE LEI Nº 9.165-B, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9.165-B, de 2017, que **institui a Política de Inovação Educação Conectada**; tendo parecer: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Dep. Lobbe Neto); e da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Alex Canziani). Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 8.913/2018, EM 13/11/18.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 154 do Regimento Interno)

Votação

9

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 441-D, DE 2017
(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para **dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores**; tendo parecer reformulado proferido em Plenário da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo reformulado (Relator: Dep. Walter Ihoshi). **EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 1 A 10**: tendo parecer proferido em Plenário pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição das emendas de nºs 1 a 10 (Relator: Dep. Walter Ihoshi). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 8.336/18, EM 27/03/18.

**21/11/2018
(QUARTA-FEIRA)**

**1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

**21/11/2018
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS)**

ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO 2018

**21/11/2018
(QUARTA-FEIRA)**

**2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(APÓS A 1ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DA SESSÃO ANTERIOR

**22/11/2018
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

E

URGÊNCIA
(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 436-B, de 2016, que aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrado

em Copenhague, em 23 de março de 2011; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Izalci Lucas); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões). **(NT 62 e NT 64)**

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 776-D, DE 2017
(DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 776-D, de 2017, que **aprova o texto do Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), celebrado em Brasília, em 8 de novembro de 2012;** tendo parecer das Comissões: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (Relator: Dep. Celso Russomanno); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação (Relator: Dep. Lucas Vergilio); da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Mauro Mariani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões). **(NT 62 e NT 64)**

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 788-B, DE 2017
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 788-B, de 2017, que **aprova o texto da Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, de 1972, adotada durante Conferência Internacional realizada em Londres, Reino Unido, em 2 de dezembro de 1972, revisado e consolidado com as emendas adotadas por meio das Resoluções MSC.20(59) e A.737(18), bem como o texto das emendas a essa Convenção, adotadas por meio das Resoluções MSC.310(88) e MSC.355(92);** tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: Dep. Mauro Mariani); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Marcelo Aro). **(NT 62 e NT 64)**

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 812-C, DE 2017
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 812-C, de 2017, que **aprova o Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012;** tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relatora: Dep. Laura Carneiro); da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Covatti Filho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Covatti Filho). **(NT 62 e NT 64)**

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 937-A, DE 2018
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 937-A, de 2018, que **aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 2010, e a sua Emenda por troca de notas ocorrida entre abril e julho de 2017;** tendo parecer da Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Nelson Pellegrino). **(NT 62 e NT 64)**

22/11/2018
(QUINTA-FEIRA)

SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)

23/11/2018
(SEXTA-FEIRA)

SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)

23/11/2018
(SEXTA-FEIRA)

SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 15 HORAS)

HOMENAGEM À ESCOLA CLASSE COMUNIDADE APRENDIZAGEM DO PARANOÁ
